

# DEMOCRACIA GREGA, DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA: CONTINUIDADE E RENOVAÇÃO

(A Pethő Sandor)

Constança Marcondes CESAR

Instituto de Filosofia PUCCAMP

O aprofundamento do conceito de democracia exige que se leve em conta o exame da palavra, feito por Manfred Riedel, numa perspectiva muito original: a democracia é, para o autor, a busca da união cívica, da Antigüidade a nossos dias.

Para Riedel, trata-se de compreender que é a democracia: trata-se de um slogan político? de um vocábulo característico da ciência política? de uma alternativa de vida social? Na linguagem quotidiana, encara-se a democracia como o governo do povo pelo povo, a possibilidade de livre escolha. Mas, se considera a crise atual da Europa, pode-se ainda dizer que a democracia existe? Para nosso autor, democracia quer dizer *união cívica*, busca desta união: ele trata de demonstrar que este conceito constitui o núcleo da democracia e que podemos encontrar tal significado da palavra já em Platão e Aristóteles: a idéia da democracia entendida como união participativa e busca do bem comum.

Se na obra de Platão a idéia de *justiça* funda toda possibilidade de participação cívica, pode-se dizer que a busca do bem de todos os cidadãos pode ser enfocado como o objetivo da democracia.

Sir Ernest Barker, na sua *Teoria Política Grega*, põe em relevo, na obra platônica, este sentido de democracia. Tomando como ponto de partida a afirmação de Platão do “filósofo-rei” ou “rei-filósofo”, Barker trata de apresentar a república perfeita como um modelo, no sentido contemporâneo da palavra, da vida política axiologicamente melhor. Mostra, na obra de Platão, o paralelismo entre a ordem da alma e a ordem da vida política; exterior ao homem, no Estado bem regrado segundo as normas da razão, a aristocracia (ou a monarquia) é o melhor governo; no homem, na “república” da alma, a alma governada pela razão é a melhor e a mais sábia.

Se no homem timocrático a razão é superada pelo apetite pela honra, guerra e glória, na oligarquia, o maior apetite é pela busca da riqueza e o governo se acha nas mãos dos mais ricos.

A democracia se apresenta, em Platão, como o reino da igualdade (os governantes são designados por sorteio); não submetida à lei, a democracia leva ao caos político e social, abre possibilidades à tirania e permite a ascensão ao poder ao homem dominado pela paixão pelo poder e pela carne, dominado pelo apetite mais brutal; este homem é escravo de sua paixão (*República*, VIII, 580 d).

No Estado ideal, há liberdade, sabedoria, fraternidade; o político, o governante, é o mais sábio e sua arte é semelhante à arte do tecelão, que mescla, com perfeição, os fios do tecido. Dito de outro modo, o político mescla os homens segundo seu caráter, de modo a permitir que, na cidade, se chegue à maior felicidade, à maior harmonia.

Mas Platão sabe muito bem que esta república ainda não existe; que ela é um valor-horizonte, do qual nos aproximamos com muito esforço para dominar a nós mesmos, para fazer da razão a rainha de nossa alma.

Se a aristocracia é o melhor governo porque aí se trata de imitar o melhor (*República*, VIII, 545 b, d), encontra-se na democracia a revolta dos pobres, que “massacram uns,

banem outros e partilham igualmente o governo e a magistratura com os que sobram: no mais das vezes, até as magistraturas são decididas pela sorte”(*República*, VIII, 557 a).

As características da democracia são: a pluralidade, a liberdade (*República*, VIII, 557 b, d); corre-se o risco, contudo, neste gênero de governo, que não está mais submetido à alma racional, de buscar a satisfação dos desejos sem importância (*República*, VIII, 558 d) e de derivar para a libertinagem, a perda do equilíbrio e da proporção (*República*, VIII, 560 d), a anarquia (*República*, 562, b, e).

É preciso saber, diz Platão, que o melhor deve dominar o pior e que “nada é mais vantajoso para alguém que ser governado por um ser divino e sábio, quer este mestre habite no nosso interior (...) quer nos governe exteriormente”. (*República*, IX, 590 d); a cidade ideal deve ser realizada ao menos dentro de nós (*República*, IX, 592 a,b)

No mundo sensível, a democracia é, no entanto, o menos mau dos governos, porque impede os males que nos afastam ainda mais do governo ideal. Embora seu advento seja devido à “rapacidade dos oligarcas (...), à libertinagem e à ruína dos jovens”, a democracia é o “regime de liberdade, de prazer (...)”, que “tudo compreende, permite e deseja”

No *As Leis*, Platão trata de mostrar qual é o melhor governo: para descobrir isso, é preciso reconhecer que o Estado é constituído pelo conjunto dos cidadãos, isto é, por aqueles que podem participar das funções políticas; o cidadão é aquele que é capaz de governar, como um sócio numa comunidade, “como um marinheiro num navio”( *Política*, III, 2, 1277 a)

A vida feliz para o maior número: tal deve ser o objetivo do governo. No *Político*, contudo, Platão reconhece que não há fidelidade ao dever, no mundo sensível; logo, a democracia é o melhor governo, porque se é dirigida pelo maior número, não se encontra nela nem um grande bem nem um grande mal; é pois na democracia que é preciso viver; é

numa democracia que se é mais feliz, que a vida é melhor; a democracia é o menor mal, o menos mau dos governos conduzidos por homens que não são suficientemente sábios; é a única possibilidade de escaparmos da tirania e da infelicidade (*Político*, 303 d).

Nosso mundo, segundo o mito platônico das idades do mundo, é o mundo da ausência de deus (*Político*, 269 e), o mundo do ódio e a luta, da natureza decaída e hostil. Neste mundo, o rei ideal não existe; a única saída é a obediência às *leis*, que são a imitação menos imperfeita do governo sábio da razão (*Político*, 297 e e segs.)

As leis funcionam como um paradigma da ação política, pois despertam a reminiscência do mundo das idéias. É a partir da obediência às leis que a república concreta realiza a democracia, isto é, realiza a ordem e a proporção harmoniosas, busca o melhor na vida social; é a partir da obediência às leis, símbolos da justiça, que se pode chegar à justa medida (METRON), ao oportuno (KAIROS) (*Político*, 248 e).

Justiça, justa medida, igualdade verdadeira e proporcional: sua busca implica, para o homem, fazer um esforço para "assegurar entre desiguais, uma igualdade definida pela natureza de cada um" (*Leis*, 757 c, e, segundo A. Diès, *Notice in Le Politique*, Belles-Lettres)

A melhor constituição é a que permite que o chefe seja escolhido dentre os cidadãos mais sábios, é a imitação do governo da sabedoria, da razão, no mundo da alma (*Político*, 301 a). Pode-se ver, na obra de Platão que, no mundo sensível, o governo de um só leva rapidamente à tirania; o da aristocracia, degenera na oligarquia; mas, sob a democracia, se se obedece à lei, achamo-nos no melhor governo ou, pelo menos, no menos mau, naquele em que a possibilidade de violação dos direitos é a menor possível.

Pode-se seguir na obra de Aristóteles, um conceito de democracia que tem alguns pontos de acordo com o

conceito platônico. Se no Estado moderno as constituições são instrumentos de limitação do poder dos governos (Burdeau, "La constitution d' Athènes et la conception aristotélicienne de la démocratie"), vemos, na *Política* de Aristóteles, a democracia enfocada como expressão de uma classe média e como a proteção contra a demagogia. O elogio da classe média é, na obra de Aristóteles, o elogio da justiça, do equilíbrio, da ausência de paixão na vida da alma (*Política*, IV, cap. 4, a, 1295 b - 1296 a). A finalidade da democracia é a vida feliz de muitos homens. Para Aristóteles é também possível que exista uma democracia sem lei, sob o governo da maioria do povo (*Política*, IV, 4, 1291, 1292 a); mas então não é o melhor governo.

Os conceitos de *justa medida*, de *Kairós*, são pois os símbolos das qualidades que se deve encontrar em cada homem, para que possa reinar a justiça na alma e na cidade, segundo Platão e segundo Aristóteles.

Hoje tentamos reencontrar os valores de liberdade, igualdade proporcional, fraternidade, e passar do sentido negativo de democracia (o menos mau dos governos num mundo sem deus) a um conceito afirmativo, que encara a democracia como a busca da liberdade, da igualdade e da fraternidade, segundo a justa medida e a justiça.

Para nós, o homem sábio, o real tecelão de que Platão nos fala, é o símbolo da *política* unida à ética e da justiça no mundo social. É um paradigma de valores, um caminho em direção a um ser-mais, proposto a cada um. Hoje, a igualdade não pode ser encarada como a redução de todos os homens a um mesmo modelo de ser, mas é a realização da justiça segundo a lei.

O real tecelão é cada homem, na república de sua alma: o real tecelão é o político, enquanto modelo, paradigma, valor-horizonte de uma ética social; o real tecelão é o símbolo do mundo vindouro, que devemos começar a construir, pri-

meiro em nossa alma, depois em nossa cidade; é a possibilidade de superarmos os paradoxos da liberdade, tão característicos de nosso mundo; é a esperança de um ser-mais, que devemos construir a cada dia, por mediação de uma **palavra livre**, cujo símbolo é a constituição de um país e cujo meio é o seu Congresso.

Nossa busca de razão, verdade e justiça aí está consolidada.